

**Docentes firmes
contra a Zimbra**

Pág **3**



**Seção tem novo
Conselho Fiscal**

Pág **4**



Ano XVIII | Edição 242 - 20 de Abril de 2017

CONTEXTO

BOLETIM INFORMATIVO DO SINASEFE



Seção Sindical IFSC

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



28 DE ABRIL GREVE GERAL

**28 DE ABRIL
VAMOS PARAR
O BRASIL**



**QUEREM
ACABAR COM A
APOSENTADORIA
E OS DIREITOS TRABALHISTAS!**

Nove Centrais Sindicais se unem e convocam a classe trabalhadora brasileira a cruzar os braços no próximo dia 28 de abril. A greve geral será marcada por paralisações, protestos, atos e manifestações em todos os estados contra as propostas de Reforma da Previdência e Trabalhista e também contra o projeto de terceirização aprovado na Câmara dos Deputados.

Pág **2**

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção Sindical IFSC.

Rua Nunes Machado, 94 – Ed. Tiradentes – 7º andar – Centro – Florianópolis/SC. CEP: 88.010-460. Fone (48) 3028-5787 e (48) 3028-2872. www.sinasefe-sc.org.br – twitter: @SinasefeIFSC. Facebook: www.facebook.com/sinasefe.

Gestão 2015-2017
Conscientização,
Mobilização e Luta.

Projeto Gráfico:
Flávia Destri Garcia.

Jornalista Responsável:
Luciano Faria (SC 363 JP).

Impressão: Open Digital.

DIRETORIA

COORDENAÇÃO GERAL
André Eitti Ogawa.
Nadja Margotti Mendonça
Paulo Henrique O. P. de Amorim

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Júlio Eduardo Bortolini
Obérti Eleandro Mayer
Fernanda Rosá

COORDENAÇÃO DE PESSOAL
Lisani Geni Wachholz Coan
Elenira Oliveira Vilela
Janaína Turcato Zanchin

**ASSUNTOS JURÍDICOS E FORMAÇÃO
POLÍTICA**
Daniela Cristina Kassner
Marcos Dorval Schmitz

**COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES
CULTURAIS**
Felipe Ferreira Bem Silva

**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**
Roberto Gonçalves Strelow

ARTICULAÇÃO NOS CÂMPUS
Oscar Raimundo dos S. Júnior

28 DE ABRIL

Dia de parar o Brasil



GREVE GERAL



Nenhum direito a menos!



SINASEFE
SEÇÃO SINDICAL IFSC

Em assembleia realizada no dia 7 de abril, os servidores do IFSC aprovaram, por unanimidade, a adesão da categoria à greve geral, com paralisação total das atividades em todos os câmpus. O trabalho de mobilização se intensificou nas últimas semanas, com distribuição de panfletos, faixas e camisetas nos locais de trabalho. No período de 10 a 18/04, a greve também foi assunto de destaque durante as assembleias que escolheram os delegados da Seção para o 31º Consinasefe.

O material divulgado pelas Centrais lista três grandes motivos para que todos os trabalhadores cruzem os braços no próximo dia 28. O ataque ao direito à aposentadoria, que vai atingir mais uma vez os servidores públicos, ainda que estejam cumprindo pedágio estabelecido pelas reformas anteriores, é o principal deles. A proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287 aumenta a idade mínima para 65 anos (homens e mulheres); exige tempo mínimo de contribuição de 25 anos para se aposentar; estabelece o mínimo de 49 anos de contribuição

para que o trabalhador tenha direito à média integral do benefício; acaba com as aposentadorias especiais, inclusive de professor do ensino fundamental e médio; e ataca as pensões, diminuindo os valores e impedindo que o trabalhador acumule esse benefício junto com sua aposentadoria. Na prática, será o fim do direito à aposentadoria no Brasil, nos setores público e privado.

A reforma trabalhista, que pretende alterar mais de 100 artigos da CLT, para retirar direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, é outro grande motivo para a greve geral do dia 28/04. A proposta visa flexibilizar as jornadas de trabalho, os tipos de contrato, as férias, os horários de intervalo para almoço e facilitar as demissões, diminuindo os custos do empregador.

O projeto de terceirização aprovado na Câmara é o terceiro grande motivo para a paralisação total do Brasil no dia 28. O texto, que ainda vai passar pelo Senado, permite a contratação irrestrita de terceirizados, em todas as áreas e em todas as esferas dos setores público

e privado. Algumas empresas fornecedoras de mão-de-obra, inclusive, já se adiantaram e, além de pessoal de limpeza, segurança e conservação, estão acrescentando professores aos seus quadros, para depois vendê-los de forma terceirizada aos órgãos públicos. Na prática, o Congresso está decretando não apenas a precarização total do trabalho no Brasil, com um retrocesso de mais de 50 anos, mas acabando também com os concursos públicos no país.

A hora, portanto, é de reagir. No dia 28/04, Greve Geral, com paralisação total de todas as atividades, em todos os câmpus do IFSC.



DOCENTES E TAES

Docentes se mantêm firmes na luta contra a agenda Zimbra

Desde a assembleia geral do dia 15 de março, os docentes do IFSC travam uma verdadeira batalha contra a instituição do controle de jornada de trabalho por meio do preenchimento e publicação da chamada “agenda Zimbra”. Uma comissão eleita pelos servidores tem realizado vários estudos técnicos sobre a questão e orientado os professores a não publicarem a agenda até que a Reitoria aceite negociar democraticamente com o sindicato uma forma de responder às exigências dos órgãos de controle sem submeter os servidores à insegurança jurídica.

Na única reunião realizada até agora com a Comissão, no dia 31 de março, a Reitoria do IFSC se mostrou irredutível, afirmando que só aceita negociar nos termos da Instrução Normativa que disciplina a agenda. Essa proposta, no entanto, já foi

rejeitada duas vezes pelos servidores em assembleia. Os professores entendem que qualquer negociação com o Instituto deve ser feita a partir das recomendações do MP e da CGU, de forma democrática e não por meio de decisões tomadas pelos órgãos gestores, sem diálogo com a entidade representativa da categoria.

No último dia 12 de abril, a Comissão de negociação da Seção para a Publicidade de Horários Docentes enviou para a Reitoria do IFSC o ofício de nº 060/2017/DSS-SC, contendo as deliberações sobre a agenda Zimbra aprovadas na última assembleia geral do Sinasefe, realizada no dia 07. O documento, que pode ser acessado no site da Seção, traz uma série de considerações sobre o tema e reforça a posição do sindicato contrária a essa forma de controle. O ofício informa que “os servidores delibe-



Reunião com a Reitoria do IFSC, dia 31/03.

raram por unanimidade que não aceitam que os termos de negociação sobre a publicação do horário docente ocorram exclusivamente na melhoria da IN3/2017”. O texto destaca também que a “assembleia aponta a necessidade de revogação da IN e, a partir desse ato, a construção de um calendário de negociação que possa produzir uma proposta de publicidade

dos horários e atividades de ensino dos docentes”.

Paralelo ao ofício, a Comissão também elaborou uma lista contendo nove razões por que resistir e não publicar a agenda Zimbra. O texto é um resumo de todos os argumentos levantados nas últimas assembleias, que servem de parâmetro para a mobilização e a luta dos professores contra mais essa forma de controle.

MEC revoga descrições e requisitos dos cargos do PCCTAE

O Coordenador Geral de Gestão de Pessoas do MEC, Laércio Lemos de Souza, enviou no dia 14 de março a todos os dirigentes de gestão de pessoas das Instituições Federais de Ensino (IFEs), uma orientação para que os cargos dos TAes passem a seguir a partir de agora as descrições e requisitos do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), previsto no Decreto nº 94.664 de 1987, até que seja publicado o regulamento

dos cargos do PCCTAE. Na prática, o ofício de 2005, que regulamentava essa questão, foi revogado.

A medida deu margem a uma série de boatos, especulações e interpretações equivocadas entre a categoria, em todo o país. Muitos, inclusive, chegaram a afirmar que a própria Lei 11.091/2005 havia sido revogada. E não é nada disso. A lei que criou o PCCTAE continua válida. O que mudou foram a descrição e os requisitos dos car-

gos, que agora passam a ser os do antigo PUCRCE.

No dia 28 de março, o Sinasefe Nacional se reuniu com a CGGP do MEC para tratar do assunto. O ministério explicou que o ofício circular 15/2005 já não era utilizado fazia mais de dois anos, tendo em vista que os cargos já deveriam ter passado pelo processo de racionalização e que, do ponto de vista legal, o documento não poderia mais “legislar” sobre isso, sendo inclusive fruto de

questionamentos por parte de outros órgãos do governo. Isto, segundo o MEC, não afetaria os servidores atuais, mas afetará as Instituições Federais de Ensino (IFE) que quiserem fazer concursos. O Sindicato está acompanhando a questão junto com a Fasubra e em breve lançará mais informações sobre o tema, inclusive com a possibilidade de realização de um Seminário Nacional em Defesa da Carreira dos Trabalhadores em Educação.

TRANSPARÊNCIA

Plenária aprova contas da Seção e elege novo Conselho Fiscal



Com a participação de 19 delegados, representando 10 câmpus do IFSC, a Seção Sindical realizou no dia 31 de março, no auditório do Câmpus São José, a sua primeira Plenária de Delegados de 2017. Além de reafirmar a importância da adesão da categoria à greve geral do dia 28/04, a Plenária também aprovou as contas da Seção referentes ao período de janeiro a dezembro de 2016.

Os delegados elegeram ainda os novos membros do Conselho Fiscal, que vão cumprir o mandato até dezembro de 2018 em razão da renúncia do CF que assumiu no final de 2015. Os titulares e suplentes, que foram apresentados e votados na Plenária, são os seguintes: Titulares - Álvaro Fernando Luz (Aposentado câmpus Fpolis), Thiago Manoel Clemência (Palhoça Bilingue), Nibar Rodrigues (São José). Suplentes - Jucélio Kulmann de Medeiros (Florianópolis Continente), Carlos Augusto do Espírito Santo (São Carlos), Wharley Martins dos Santos (Palhoça Bilingue).

O novo CF realizou sua primeira reunião no último dia 10 de abril, na sede administrativa do sindicato, em Florianópolis.

Prestação de contas Novembro/2016

SINASEFE Seção Sindical IFSC	
RELATÓRIO MENSAL DE RESULTADO - 2016	
CONTAS	11/16
RECEITAS	
Mensalidade Sindicalizados	140.311,86
Receitas Financeiras	1.849,70
Taxa Adm. De Convênios	6.575,79
Taxa Utilização - Sede Balneária	200,00
Recuperação Taxas Bancárias	852,55
Reversões de ações judiciais	75.761,84
Diversas	558,42
TOTAL DAS RECEITAS	226.110,16
DESPESAS	
De Pessoal	52.580,07
Encargos Sociais	9.263,85
Inss - plano de saúde	-
Serviços de Terceiros	21.114,53
Tributárias	-
Despesas bancárias	2.999,05
Luz/Água/Telefone/Correios	2.023,45
Repasse 15% SINASEFE Nacional	21.032,63
Eventos	74.091,82
Divulgação	-
Despesas Sede Administrativas	6.742,91
Doações efetuadas	500,00
Despesas Adm. Sede Balneária	4.403,95
TOTAL DAS DESPESAS	194.752,26
RESULTADO OPERACIONAL	31.357,90
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	
Depreciações	1.146,05
Juros sobre convênios	-
TOTAL DESP. NÃO OPERACIONAIS	1.146,05
RESULTADO GERAL	30.211,85

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2017.

31º Consinasefe

Desde o último dia 10 de abril, a Diretoria da Seção Sindical está realizando assembleias nos câmpus do IFSC para escolha dos delegados do Sindicato que irão participar do 31º Congresso Nacional do Sinasefe (Consinasefe), que vai acontecer no período de 18 a 21 de maio, em Salvador/BA. A convocação oficial das assembleias foi lançada no dia 5 de abril e as orientações para a eleição dos delegados saiu no dia seguinte. A assembleias também estão mobilizando os servidores para a greve geral do próximo dia 28. A seção Sindical IFSC tem direito a levar 36 delegados ao Consinasefe.



Reunião em SMO, dia 17/04

Debate em Joinville

As Seções Sindicais do Sinasefe IFSC e Litoral, a Associação dos Professores da UDESC, o Andes UFSC promoveram no último dia 18/04, na UDESC, em Joinville, um debate sobre a Reforma da Previdência, com a presença do advogado Luis Fernando Silva, do Escritório SLPG Advogados Associados. O principal objetivo era esclarecer dúvidas e aprofundar a discussão sobre os prejuízos decorrentes de uma eventual aprovação da PEC 287 pelo Congresso. Luis Fernando publicou no final do ano passado um artigo sobre o tema, intitulado "A reforma da previdência e os ataques aos direitos sociais no Brasil" e no último dia 14 de março participou no câmpus Florianópolis do IFSC de uma aula pública sobre o assunto. O texto você pode acessar no site do Escritório SLPG e o vídeo está disponível no canal da Seção Sindical IFSC no youtube (<https://www.youtube.com/user/SINASEFEifsc>).